






# OS DISCURSOS SOBRE CRIANÇAS E INFÂNCIA EM REVISTAS PEDAGÓGICAS DIRIGIDAS À FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM DIÁLOGO ENTRE PORTUGAL E BRASIL

**Discourses on children and childhood in pedagogical magazines directed to teacher  
training: a dialogue between Portugal and Brazil**

Mônica Teresinha **MARÇAL**  
Centro de Ciências Humanas e da Educação  
Universidade do Estado de Santa Catarina  
Florianópolis, Brasil  
[monica.marcal@udesc.br](mailto:monica.marcal@udesc.br)  
<https://orcid.org/0000-0003-2486-3866> 

António Gomes Alves **FERREIRA**  
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação  
Universidade de Coimbra  
Coimbra, Portugal  
[antonio@fpce.uc.pt](mailto:antonio@fpce.uc.pt)  
<https://orcid.org/0000-0002-3281-6819> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

## RESUMO

O artigo analisa os discursos sobre crianças e infância publicados em revistas pedagógicas dirigidas à formação de professores nas décadas de 20 e 30 do século XX em Portugal e Santa Catarina/Brasil, a Revista Escolar - periódico de circulação em Portugal e a Revista de Educação - periódico de circulação no Estado de Santa Catarina/Brasil. Os estudos historicamente construídos sobre as crianças e a sua relação com a formação de professores fornecem alguns indícios para analisarmos como se deram as apropriações dos conceitos, fazeres e saberes pedagógicos, especialmente aqueles dirigidos à orientação da prática pedagógica por meio das revistas pedagógicas. Como resultado espera-se contribuir para percebermos a importância das revistas pedagógicas na veiculação de saberes pedagógicos produzidos para a formação dos professores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crianças e infância. Formação de professores. Revistas pedagógicas.

## ABSTRACT

The article analyzes the discourses about children and childhood published in pedagogical journal addressed at teacher's education in the 20s and 30s of the 20th century in Portugal and Santa Catarina / Brazil, the Revista Escolar - circulation journal in Portugal and the Revista de Educação - circulation in the State of Santa Catarina / Brazil. The studies historically built on children and their relationship with teacher education provide some evidence to analyze how the appropriations of pedagogical concepts, practices and knowledge took place, especially those addressed at guiding pedagogical practice through pedagogical journal. As a result, it is expected to contribute to understand the importance of pedagogical journal in the dissemination of pedagogical knowledge produced for the education of teachers.

**KEYWORDS:** Children and childhood. Teacher education. Pedagogical journal.

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo analisar os discursos sobre crianças e infância dirigidos à formação de professores, por meio de leituras da produção historiográfica do Brasil e de Portugal em revistas pedagógicas. Os periódicos em pauta apresentam duas realidades, a brasileira e a portuguesa, sendo veículos oficiais de órgãos educacionais dirigidos à formação inicial e continuada de seus professores, principalmente os primários. Esses periódicos, além de tratar das concepções acerca das crianças e da infância, abordavam ideias dos principais pedagogos, discussões teóricas sobre a educação e, também, sinalizavam a respeito do funcionamento do campo escolar nos dois países, nas décadas de 20 e 30 do século XX.

Compreendemos que os textos publicados nas revistas representam certa produção e circulação de ideias sobre crianças e infância, além de demonstrarem a apropriação e representação de modelos culturais pelos autores que ali publicavam, conforme indica Chartier (1990), que estabelece como tarefa da história cultural “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Para esse autor, as representações do mundo social, mesmo que aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas por interesses dos grupos que as forjam, bem como pelas condições objetivas da realidade de cada época. Essas representações do mundo social, mesmo à revelia dos sujeitos envolvidos, “[...] traduzem suas posições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse” (CHARTIER, 1990, p. 19). O autor considera que a atividade representativa contém interesses diversos, capazes de produzir estratégias de ação e moldar práticas.

Fundamentados nessa perspectiva teórica, podemos dizer que a representação, a partir de uma relação dinâmica de ausência e de presença do objeto, procura criar e também conferir sentido à realidade. Desta forma, o conceito de representação proposto por Chartier orienta o texto no sentido de compreender como os discursos hegemônicos sobre crianças e infância são representados nas revistas pedagógicas voltadas para a formação inicial e continuada de professores.

Os periódicos como documentação foram (e continuam sendo) um importante instrumento de veiculação de ideias para a formação e atualização de professores no que diz respeito às principais correntes pedagógicas, além de fornecer orientações e

prescrições para um saber-fazer pedagógico. Carvalho (1998, p. 35) entende “[...] o impresso como objeto de investigação, em duplo sentido: como dispositivo de normatização pedagógica, mas também como suporte material das práticas escolares”.

Marangon (2010, p. 14) registra que “os periódicos educacionais apresentam-se também como importantes núcleos informativos para compreender a circulação de discursos transnacionais e sua divulgação nas discussões acerca das práticas educativas locais”. Isto é importante, pois analisamos realidades distintas de dois países e buscamos acompanhar a presença/ausência de concepções teóricas nessas duas realidades. Sobre isso, Ferreira destaca a importância de que o estudo das problemáticas ou das realidades “[...] se faça tendo em conta contextos diferentes para se poder estabelecer o que há de diferente e de semelhante, o que diferencia e aproxima, na tentativa de compreender as razões que determinam as situações encontradas” (FERREIRA, 2008, p. 125).

## **SOBRE AS REVISTAS ANALISADAS E A IDEIA DE RENOVAÇÃO ESCOLAR: UM ASPECTO CONVERGENTE**

A **Revista Escolar**, publicação portuguesa voltada para a Educação, teve quinze anos de existência, com edições mensais, entre os anos de 1920 a 1935, com o intuito de divulgar, segundo Nóvoa (1993, p. 796), “as ideias e as prática educativas, legitimadas por um corpo de conhecimentos das áreas da psicologia e pedagogia”.

A direção da Revista Escolar esteve sob responsabilidade dos inspetores escolares Heitor Passos, Albano Ramalho e Joaquim Tomás entre os anos de 1921 e 1925. Foram eles que fundaram e dirigiram o periódico, que abordou temáticas relacionadas às questões de professores do ensino primário e à política educativa.

Entre os anos de 1925 e 1935, Faria de Vasconcelos, importante pedagogo, professor normalista e universitário esteve à frente da direção da revista, mas foi entre os anos de 1925 e 1928 que ele acrescentou ao periódico as discussões sobre outras modalidades de educação escolar e aprofundou seu teor científico e pedagógico, dando início a uma nova fase. A revista contou ainda com o precioso trabalho de Joaquim Tomás<sup>1</sup>, que foi o secretário e editor durante esse período.

Faria de Vasconcelos, na abertura da edição número 8 da Revista Escolar, de outubro de 1925, menciona o objetivo da Revista Escolar, qual seja,

---

<sup>1</sup> Joaquim Tomás, então apenas secretário da revista, acumulou a cargo de editor e secretário, a partir de outubro de 1926, até a revista deixar de ser publicada em 1935.

[...] fornecer, pois, um ambiente de cultura pedagógica geral e comum ao professorado das diferentes modalidades de educação nacional é um dos nossos objectivos. Norteados pelo espírito da pedagogia científica contemporânea, procuramos contribuir com o melhor do nosso esforço para esclarecimento e para a solução dos problemas máximos da vida nacional, os problemas da nossa educação. É de toda a necessidade empreender a sério uma reforma profunda da nossa organização e técnica escolares, da nossa mentalidade e dos nossos métodos de trabalho e acção. Por isso, acolheremos com a mais viva simpatia todos os trabalhos e iniciativas que visem, com elevação no fundo e na forma, este objectivo essencial.<sup>2</sup> (VASCONCELOS, 1925, p. 305-306).

Tudo parece indicar um afastamento de Faria de Vasconcelos a partir do início de 1929, dado que a sua participação tenha assumido menor importância, ao mesmo tempo em que se nota a presença mais constante do redator João da Silva Correia e do editor Joaquim Tomás. Observa-se que entre 1929 e 1935 a revista mudou de enfoque, começando a apresentar dois aspectos, um voltado para a divulgação das ideias da Escola Nova e outro para as questões da transcrição da legislação escolar, momento que coincide com a implantação do Estado Novo comandado por Salazar<sup>3</sup>.

Faria de Vasconcelos, que na época já era diretor do Instituto de Orientação Profissional, professor da Escola Normal Superior de Lisboa e Assistente da Faculdade de Letras de Lisboa, assume então a direção do periódico, para o renovar e alargar o seu público, dando início a uma "nova fase da revista", conforme indicam suas palavras,

[...] a Revista Escolar tem-se consagrado quasi que única e exclusivamente aos problemas do ensino primário, e tem-no feito com dedicação e competência. É necessário, porém, alargar o âmbito de sua acção às outras modalidades do ensino estabelecendo entre elas as necessárias correlações vitais. Os professores ignoram-se de grau para grau, caminham separadamente, e as escolas constituem organismos fechados e insusceptíveis de cooperar numa superior orientação social do ensino (VASCONCELOS, 1925, p. 305).

Esta "nova fase da revista" é marcada pela maior intervenção de Faria de Vasconcelos como autor e também pela participação de professores que atuavam em vários graus e modalidades de ensino. É a conjugação da sua consistência científica e da abertura do seu espírito que vem a vontade de tornar a Revista Escolar em um periódico que servisse à modernização da pedagogia em Portugal. E não há dúvida que ele acentua, na Revista Escolar, a discussão científica, através de textos com ideias e

---

<sup>2</sup> Sobre a grafia, optou-se por manter a redação original nos excertos utilizados, preservando os aspectos e as regras ortográficas em vigor à época.

<sup>3</sup> António de Oliveira Salazar, esteve à frente do Estado Novo, também chamado de salazarismo ou ditadura salazarista, pois Salazar ocupou a chefia do governo durante 35 anos deste período. O Estado Novo (regime político autoritário, nacionalista, tradicionalista e corporativista) teve a duração de 41 anos; sua aprovação se deu com a Constituição de 1933; e sua derrubada, com a Revolução de 25 de abril de 1974, também conhecida como a Revolução dos Cravos.

experiências de autores de renome que circulavam no panorama pedagógico nacional e internacional, disponibilizando e apresentando a todos os professores portugueses muito do conhecimento educacional que dificilmente poderiam obter de outra forma.

Nóvoa (1993), ao citar Vasconcelos, apresenta o plano traçado pelo referido diretor da Revista Escolar que bem traduz a ambição para com o periódico:

[...] um artigo doutrinal de caráter pedagógico ou metodológico respeitante a qualquer dos graus, formas ou serviços da educação nacional. - Uma entrevista pedagógica acerca de qualquer grau de ensino ou actividade educativa com a individualidade que representa a sua orientação mais moderna, desempenho mais perfeito ou função mais representativa. - Uma secção de notas científicas que, mostrando o avanço de cada ramo, dos conhecimentos humanos, tire dúvidas aos professores sobre quaisquer pontos deles. - Uma secção de notas de didácticas que, mostrando o avanço de cada uma delas, tire dúvidas aos professores sobre pontos de ensino de quaisquer matérias. - Uma secção de crítica de ideias e factos pedagógicos e metodológicos produzidos em Portugal e nos países estrangeiros. - Uma secção de crítica bibliográfica da produção pedagógica e metodológica nacional e estrangeira. - Uma secção de reclamações do professorado que seja o porta-voz de todas as pretensões justas das estações superiores de administração de ensino. - Uma secção de legislação e movimento do pessoal escolar. (VASCONCELOS apud NÓVOA, 1993, p. 795-796).

Como se vê, há uma vontade de disseminar ideias sobre a nova pedagogia e informações sobre a situação da educação em Portugal e no estrangeiro. Encontramos na Revista Escolar textos completos (alguns publicados em edições consecutivas, com sinalização a respeito da sua continuação), com título e autor identificados, transcrição de conferências realizadas para professores em Portugal, transcrições de textos estrangeiros, notícias do movimento educativo mundial (com um espaço dedicado a notícias divulgadas em revistas estrangeiras), sinopse de livros e seus resumos, notas, notícias e comentários sobre acontecimentos e eventos relativos à educação (como congressos, concursos, exposições pedagógicas, publicação de revistas, festas escolares, palestras, publicações do Bureau Internacional de Education - BIE) e a seção oficial do Ministério da Instrução Pública. Os colaboradores são variados, tais como universitários, normalistas, professores, inspetores, diretores de escolas e autores estrangeiros.

Dos textos completos publicados na Revista Escolar utilizados na análise, selecionamos aqueles circunscritos ao recorte temporal entre os anos de 1925-1935,

num total de 65 números<sup>4</sup>, período em que Faria de Vasconcelos esteve na direção da revista.

A **Revista de Educação**, sediada em Florianópolis, foi publicada bimestralmente entre os anos de 1936 e 1937, sob responsabilidade da Interventoria do Estado, com circulação limitada ao Estado de Santa Catarina. Tratada como uma revista do Órgão do Professorado Catarinense, recebeu incentivo do governo do Estado de Santa Catarina para a realização de suas edições. Localizamos na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina seis volumes desta publicação<sup>5</sup>.

O periódico teve como diretor o professor Antônio Lúcio e como secretário o professor Elpídio Barbosa, ambos inspetores escolares catarinenses. Em sua primeira edição, de janeiro de 1936, em nota de abertura, intitulada Revista de Educação - Órgão do Professorado Catarinense, o periódico se apresenta como uma revista feita por professores e para professores. Apresentava-se, também, como "uma fonte de observações e conhecimentos práticos que visam unicamente orientar e facilitar o professor na sua árdua missão" (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1936. s.p.). O texto, sem autoria e sem página, afirma que já era hora do estado de Santa Catarina colocar em

---

<sup>4</sup> Foram encontradas 21 publicações da Revista Escolar, reunidas na fonte: Revista Escolar anos V-VII - 1925 - 1927 - Incompleto na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, edições: janeiro de 1925, ano 5, nº 1. Fevereiro de 1925, ano 5, nº 2. Março de 1925, ano 5, nº 3. Abril de 1925, ano 5, nº 4. Maio de 1925, ano 5, nº 5. Junho de 1925, ano 5, nº 6. Julho de 1925, ano 5, nº 7. Outubro de 1925, ano 5, nº 8. Novembro de 1925, ano 5, nº 9. Dezembro de 1925, ano 5, nº 10. Maio de 1926, ano 6, nº 5. Junho de 1926, ano 6, nº 6. Julho de 1926, ano 6, nº 7. Outubro de 1926, ano 6, nº 8. Novembro de 1926, ano 6, nº 9. Dezembro de 1926, ano 6, nº 10. Janeiro de 1927, ano 7, nº 1. Fevereiro de 1927, ano 7, nº 2. Março de 1927, ano 7, nº 3. Abril de 1927, ano 7, nº 4. Novembro de 1927, ano 7, nº 9. Foram encontradas nove publicações da Revista Escolar na Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, edições de: abril de 1932, ano XII, nº 4. Novembro de 1932, ano XII, nº 9. Dezembro de 1932, ano XII, nº 10. Janeiro de 1933, ano XIII, nº 1. Janeiro de 1935, ano XV, nº 1. Fevereiro de 1935, ano XV, nº 2. Abril de 1935, ano XV, nº 4. Maio de 1935, ano XV, nº 5. Junho de 1935, ano XV, nº 6. Foram encontradas duas publicações da Revista Escolar na Biblioteca da Faculdade de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, edições: outubro de 1927, ano 7, nº 8. Outubro de 1932, ano XII, nº 8. Foi encontrada apenas uma publicação da Revista Escolar na Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, edição: outubro de 1929, ano IX, nº 8. Foram encontradas trinta e duas publicações da Revista Escolar na Biblioteca Municipal de Coimbra, edições: novembro de 1931, ano XI, nº 9. Dezembro de 1931, ano XI, nº 10. Janeiro de 1932, ano XII, nº 1. Fevereiro de 1932, ano XII, nº 2. Março de 1932, ano XII, nº 3. Abril de 1932, ano XII, nº 4. Maio de 1932, ano XII, nº 5. Junho de 1932, ano XII, nº 6 (faltam páginas). Julho de 1932, ano XII, nº 7. Outubro de 1932, ano XII, nº 8. Novembro de 1932, ano XII, nº 9. Dezembro de 1932, ano XII, nº 10. Janeiro de 1933, ano XIII, nº 1. Fevereiro de 1933, ano XIII, nº 2. Março de 1933, ano XIII, nº 3. Abril de 1933, ano XIII, nº 4. Maio de 1933, ano XIII, nº 5. Junho de 1933, ano XIII, nº 6. Julho de 1933, ano XIII, nº 7. Outubro de 1933, ano XIII, nº 8. Novembro de 1933, ano XIII, nº 9. Dezembro de 1933, ano XIII, nº 10. Janeiro de 1934, ano XIV, nº 1. Fevereiro de 1934, ano XIV, nº 2. Março de 1934, ano XIV, nº 3. Abril de 1934, ano XIV, nº 4. Maio de 1934, ano XIV, nº 5. Junho de 1934, ano XIV, nº 6. Julho de 1934, ano XIV, nº 7. Outubro de 1934, ano XIV, nº 8. Novembro de 1934, ano XIV, nº 9. Dezembro de 1934, ano XIV, nº 10.

<sup>5</sup> Os volumes encontrados correspondem as seguintes edições: Ano I, n. 1, janeiro e fevereiro de 1936; Ano I, n. 2, março e abril de 1936; Ano I, n. 3, maio e junho de 1936; Ano I, n. 4 e 5, publicada de junho a outubro de 1936; Ano II, n. 6, novembro e dezembro de 1936; Ano II, n. 7, janeiro e fevereiro de 1937.

circulação um periódico dessa natureza. Uma das unidades da Federação que mais se dedicava à causa do ensino público, que apresentava

[...] um corpo de professores esforçado e inteligente, brilhante cooperador no seu engrandecimento intelectual, moral e social, não se justificava que ainda não tivesse uma publicação de natureza técnica, que viesse em auxílio do professor, sobretudo primário, a cujo cargo se acha a formação da estrutura de nossa pátria. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, Ano I, n. 1, janeiro e fevereiro de 1936).

O incentivo do governo do estado para a concretização de tal periódico, bem como o seu objetivo, estão registrados na mensagem de Nereu Ramos, então Interventor de Santa Catarina, publicada na edição do Ano I, n. 4 e 5, jul./out. de 1936, na página de abertura. Segundo Nereu Ramos (1936):

Por iniciativa do inspetor de ensino sr. Antonio Lúcio, foi fundada a Revista de Educação, por onde se divulgarão no seio do professorado os assuntos de natureza técnico-pedagógica. Reconhecendo-lhe a utilidade, resolveu o govêrno auxiliá-la materialmente, fazendo na Imprensa Oficial a respectiva publicação. (RAMOS, 1936, p. 01)

Na revista eram publicadas mensagens do governador do estado, o senhor Nereu Ramos, e do Diretor do Departamento de Educação, professor Luiz Sanches Bezerra Trindade, além de artigos de outros nomes ligados ao aparelho de Estado ou pessoas ilustres da educação catarinense, como João Ambrósio da Silva, Subdiretor de Cultura e Divulgação; João dos Santos Areão, Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas e Nacionalização do Ensino; Pedro Paulo Philippi, Inspetor Escolar, entre outros.

Havia também notas sobre as Semanas de Educação, que ocorriam em várias regiões do estado (organizadas pelo Departamento de Educação, pretendiam difundir determinados ideais educacionais); informações sobre as bibliotecas escolares (com intuito de despertar o gosto pela leitura em professores e alunos); discursos dos paraninfos das Escolas Normais do Estado; os caixas escolares (que era uma forma de obter recursos por meio de contribuição solidária, a fim de distribuir subsídios materiais às crianças pobres, bem como financiar algumas iniciativas educacionais); anotações sobre alguns municípios do estado (referentes a sua hidrografia, clima, superfície, população, etc.); textos sobre os grupos escolares do estado; os Clubes Agrícolas (uma maneira de desenvolver nos alunos o gosto pela vida no campo e evitar a fuga para as cidades); teses apresentadas em conferências estaduais (inclusive de outros estados); anúncios de livros e outros materiais pedagógicos; estatísticas do ensino primário; informações sobre o ensino técnico; uma seção de notícias; divulgação de cartas recebidas e de fotografias das atividades escolares (festas, encerramento do ano letivo, imagens das fachadas das escolas); publicação da legislação e das instruções

do Departamento de Educação; além de servir como um mecanismo de divulgação e fortalecimento de políticas de Estado no que se refere à formação de professores.

Assim como na Revista Escolar, publicação portuguesa, a Revista de Educação revela aspectos de natureza técnica e metodológica que poderiam auxiliar os professores na prática do exercício da profissão, além de representar uma atualização ou uma remodelação de tais práticas dentro dos preceitos da educação nova em Santa Catarina. O estado de Santa Catarina desejava acompanhar as políticas do país no que tange à educação e à formação de professores. Sobre essa questão, Daros, Pereira e Bombassaro (2002) ressaltam:

Pôde-se constatar que o movimento escolanovista em Santa Catarina procurava sobrepor-se aos antigos preceitos da "escola tradicional", propondo iniciativas que contribuiriam para ajustar o passo desta sociedade à modernidade proclamada em âmbito nacional, por meio de uma educação voltada ao civismo, à homogeneização e moralização dos sujeitos, forjando, assim, os cidadãos da nova nação brasileira. (DAROS, PEREIRA e BOMBOSSARO, 2002, p. 01).

No exemplar da Revista de Educação do Ano II, n. 6, nov./dez. de 1936, na edição comemorativa de um ano do periódico, logo em sua página de abertura, temos um texto de A. Lúcio denominado "Um ano de existência", no qual o professor relata que

Motivo de contentamento há, e de sóbra, porque se muitas foram as dificuldades com que tropeçávamos a cada passo, não faltando sequer os pessimistas a descreverem das possibilidades e da capacidade do professorado catarinense, tivemos, em compensação, aplausos à iniciativa que empreendêramos, vindo o Governo do Estado com o seu apoio moral e material, trazer amparo ao ideal, tornando-o numa realidade, por bem compreender quanto de utilidade traria a Revista ao professorado primário. (LÚCIO, 1936, p. 1).

A alegria e o orgulho de ter alcançado um ano de existência também foram registrados e, ao concluir seu relato, Lúcio (1936, p. 1) ressalta: "Não nos afastamos da róta a que nos propuzémos. Revista pedagógica, é com esta finalidade que continuaremos".

Na segunda edição da Revista de Educação do ano de 1936, encontramos a seguinte notícia:

Muitas são as cartas que estamos recebendo concernentes ao nosso aparecimento. Tais cartas enchem-nos de intensa satisfação, à vista dos termos em que são vasadas. Revelam elas o interêsse que o nosso professorado, em geral, tem pelas coisas do ensino, e que efetivamente viemos a preencher uma lacuna no seio da classe professoral. Sentimo-nos desvanecidos com o bom acolhimento que tivemos, o qual será para nós novas fontes de energia para que prossigamos na tarefa em boa hora iniciada. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1936, p. 20).



Em várias edições do periódico catarinense, há textos sem registro de autoria, mas entendemos que, mesmo com a ausência de seus signatários, houve uma escolha, uma aprovação e uma seleção por parte do diretor da revista, o professor Antônio Lúcio, e que os textos divulgados correspondiam aos objetivos e as finalidades do periódico.

Percebemos aproximações entre o periódico português Revista Escolar (1920-1935) e o periódico catarinense Revista de Educação (1936-1937) quanto aos objetivos, público a quem se dirigiam e também aos autores. Todas essas revistas compartilhavam textos produzidos por professores, diretores e por grandes pedagogos e educadores da época.

Em Portugal, a Revista Escolar teve circulação nacional e, no Brasil, a Revista de Educação circulou exclusivamente no estado de Santa Catarina. Mesmo considerando essa diferença de abrangência, encontramos na Revista Escolar, periódico português, uma relação muito próxima com a realidade catarinense da primeira metade do século XX, especialmente quanto às concepções teóricas veiculadas, como veremos a seguir. Ao dialogar com realidades diferentes esperamos contribuir para a compreensão das representações que circulavam na formação de professores em suas distintas vivências.

Nos periódicos analisados, encontramos discursos cujas ideias veiculadas orientavam para uma prática pedagógica a ser desenvolvida com as crianças com base em preceitos modernos, em especial a escola nova. Marangon (2010) afirma que

Muitos estudiosos garantem que o estudo das revistas especializadas em educação possibilita compreender, através das informações e textos que circulam nesses periódicos, o funcionamento do campo educacional, bem como as preocupações pedagógicas que constituíram um determinado período histórico. (MARAGON, 2010, p. 12-13).

Desse modo, ao identificar os discursos representativos, foi possível analisar as correlações, as semelhanças e as diferenças entre os discursos sobre crianças e infância veiculados, considerando as correntes e teorias pedagógicas e os principais educadores que tiveram influência no panorama educacional internacional. Para uma melhor compreensão, categorizamos os discursos encontrados nos periódicos em médico e higienista, jurídico e moral e pedagógico e psicológico, conforme sistematizados por Marçal (2018). Na análise das revistas, percebemos que muitos profissionais e intelectuais comungavam ideias a respeito de questões que envolviam a higiene, o controle, a ordem e a disciplina para as crianças, como forma de civilizá-las, mas havia uma disputa, aparentemente velada, entre estes representantes pelo discurso dominante ou hegemônico.

Em meio ao debate, havia médicos, juristas, higienistas, moralistas, pedagogos e psicólogos com posicionamentos mais conservadores a respeito das crianças. A partir da década de 1920, ideias renovadoras, oriundas do Movimento da Escola Nova, começaram a fazer parte das discussões acerca da infância, embora não significassem um rompimento total com a tradição já existente, não representavam o novo no lugar do velho, nem o moderno no lugar do arcaico. Lourenço Filho (1978) apresenta alguns vestígios do que se poderia entender por Escola Nova naquele momento histórico, demonstrando que não havia uma única ideia ou projeto do que representasse a renovação pedagógica. Segundo o autor,

O que se deve entender por “escola nova”? No domínio da história da pedagogia, a expressão é manifestamente equivocada. Cada época tem ensaiado ou sugerido, ao menos, novas idéas e praticas de educação, e seus autores, ou commentadores, a cada uma, vêm chamando de “novas”, porque novas têm ellas sido, de facto, em relação ao que dantes se havia por estabelecido [sic]. (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 11).

Talvez os argumentos apresentados por Lourenço Filho nos ajudem a compreender como os termos escola ativa, escola nova, escola renovada, escola progressiva, escola moderna e ensino ativo, ensino intuitivo, foram sendo utilizados ao longo do contexto histórico, os quais, por vezes, aparentam ser sinônimos. No entanto, esses termos revelam nuances, tensões a respeito das defesas – ora compartilhadas, ora não –, interesses e representações (CHARTIER, 1990) passíveis de diferentes interpretações, pois estão marcadas por um jogo de perspectivas teóricas, por posições ideológicas, políticas e sociais dos atores que atuavam e compunham a cena educacional em momentos históricos de cada país e desejavam a modernidade pedagógica. Pode-se dizer que se trata de discursos educacionais em disputa e, embora muitos dos teóricos partissem de uma oposição à escola tradicional ou à pedagogia clássica, por exemplo, havia o entendimento entre estes pensadores acerca da necessidade de novos modelos de organização escolar que valorizassem as características individuais das crianças e jovens, o estudo da infância, o ensino pela ação, bem como a consideração ao meio social e aos problemas nacionais, entre outros aspectos.

Xavier (2014), ao tratar do movimento da educação nova no Brasil e em Portugal durante o regime republicano de ambos os países – no início do século XX –, menciona que este movimento “alimentou os anseios de inovação em geral, e de renovação pedagógica em particular”, expressando-se “por meio de um conjunto de experiências educativas levadas a efeito em diferentes países do mundo ocidental cujo denominador

comum se encontrava em concepções, por assim dizer, inovadoras a respeito das crianças”. (XAVIER, 2014, p. 281).

Tal movimento tentou se opor ao modelo educacional vigente durante o século XIX, que, segundo Xavier (2014, p. 281), transformou a escola “num elemento central de homogeneização cultural e de invenção de uma cidadania nacional, contemplando a necessidade de enquadramento escolar a todos”, juntamente com a emergência de novas formas de governo e a afirmação dos Estados Nacionais. Baseada em Nóvoa, Xavier (2014) menciona que a consolidação do modelo de organização escolar contou com um conjunto de procedimentos e de racionalidades regulado por técnicas de homogeneização implantadas no funcionamento das instituições educativas. Xavier (2014, p. 282) destaca que “será contra esse modelo padronizado e naturalizado pelas e nas escolas que o movimento da educação nova irá definir suas bandeiras e seus programas de ação”.

No Brasil do início do século XX, ainda havia preocupações em torno de antigos problemas, em razão das elevadas taxas de analfabetismo e a eminente necessidade de garantir a educação primária gratuita às crianças brasileiras/ catarinenses, ou seja, expandir a oferta de educação a todas as cidades e para a maior parte da população, bem como, resolver a falta de professores devidamente habilitados. Aliado a isso, colocavam-se ainda como necessidades desse momento histórico: construir as bases modernas para nação brasileira, colocar o país na esteira do desenvolvimento urbano industrial e modificar o panorama de um país predominantemente agrícola. Muitas destas preocupações estavam presentes nos discursos publicados nas revistas catarinenses.

Preocupações com questões semelhantes também eram encontradas em território lusitano e se referiam à falta de capacidade e de empenho numa política de democratização da educação, a falta de investimentos por parte dos órgãos responsáveis e descuido com a educação elementar pelos dirigentes. Outras necessidades também se faziam urgentes, tais como: a qualificação dos professores, a melhoria e ampliação da estrutura física das escolas, a valorização da profissão docente, o combate ao analfabetismo, a universalização do ensino primário público, a superação do atraso educacional, entre outras. Discursos sobre estas questões também eram publicados na Revista Escolar.

## Os discursos hegemônicos sobre crianças e infância

Neste item apresentamos exemplos presentes nas revistas dos três discursos que se tornaram hegemônicos sobre crianças e infância, a saber: discurso médico e higienista, jurídico e moral, pedagógico e psicológico. A classificação desses discursos tomou também por referência estudos e pesquisas realizadas por autores das áreas da História da Educação e da Educação e Infância<sup>6</sup>.

Os saberes produzidos nos periódicos eram destinados a toda a sociedade, mas orientaram e estabeleceram ações, de forma muito incisiva, no trabalho do professor primário e no processo de sua formação em escolas normais por meio de determinações e regulamentações da educação nos dois países.

Os discursos que se apresentavam como hegemônicos representavam uma dominação em forma de alianças, incorporando determinados grupos em certas subordinações e consentimentos. Por outro lado, as instabilidades geradas davam margem a algumas tensões. Estas tensões ocorriam entre os próprios indivíduos que se mostravam legitimadores de um conhecimento a respeito das crianças e da infância, representados por médicos, higienistas, juristas, delegados, policiais, professores e psicólogos, em um momento em que as crianças haviam se tornado objeto de estudo de várias ciências. Tais indivíduos se apresentavam e eram considerados como possuidores de um cabedal científico capaz de intervir a favor da saúde e da educação cívica, moral e intelectual das crianças.

Havia um conflito também instável entre eles, mesmo que se aliassem sempre que necessário em torno de interesses comuns, como por exemplo, educar a criança dentro dos preceitos modernos, embora nesse campo de dominação ocorressem negociações internas pela hegemonia, ora para perpetuarem as ideologias, ora para modificá-las. As representações, como indica Chartier (1990), são componentes inerentes do discurso, por isso não existe neutralidade; os discursos produzem estratégias e práticas propensas a impor uma autoridade, uma certa importância, e mesmo a validação de escolhas.

---

<sup>6</sup> Os pesquisadores que serviram de referencial para essa formulação foram: para o discurso médico e higienista, Carvalho (1998, 1999), Ferreira (2002, 2003, 2010), Gondra (2000, 2002) e Rocha (2010); para o discurso jurídico e moral, Arend (2005), Bastos e Kuhlmann (2009), Freitas (1997), Freitas e Kuhlmann (2002), Kuhlmann (1998) e Rizzini e Pilotti (2011); e para o discurso pedagógico e psicológico, Boto (1997), Carvalho (2002, 2007), Lopes, Faria Filho e Veiga (2000), Maragon (2010), Priore (2006) e Sousa (2004).

Os textos identificados na categoria médico e higienista apresentaram várias aproximações nas duas revistas pedagógicas. Portanto, ao analisarmos este discurso a partir da produção teórica selecionada, encontramos evidências sobre as relações intrínsecas entre saúde, higiene e educação (Ferreira, 2019), e sobre como as práticas discursivas e institucionais tomaram a infância como objeto de intervenção médica, higiênica e disciplinar.

Além disso, encontramos outros assuntos de caráter similar, presentes naquele momento histórico, como os estudos da puericultura e da eugenia que acontecem paralelamente aos discursos em questão. Também inclui, nos espaços escolares, a garantia da educação física como uma aliada do tão desejado aperfeiçoamento físico, da resistência necessária e do preparo da herança biológica do homem, cuja prática deveria se dar pela reunião de exercícios de forma metódica e racional, juntamente com o desenvolvimento intelectual e moral. Para exemplificar, apresentaremos uma entrevista intitulada *Educação Física* presente na edição de novembro de 1927, ano 7, nº 9, da Revista Escolar, na seção “Notas e Comentários”. Na referida seção Faria de Vasconcelos (diretor da Revista Escolar) concedeu a um redator do Jornal de Sports, em setembro de 1927, uma entrevista, em que esclarece que

A educação física não se limita apenas a pratica de exercícios de ginástica, de jogos, de actividade desportiva, abrange igualmente todos os problemas, métodos e processos relativos à cultura *integral e harmônica* dos órgãos e funções corporais. (VASCONCELOS, 1927, p. 346, grifos no original).

Vasconcelos adverte que Educação Física “é um conceito compreensivo, amplo e complexo” que também envolve “os problemas relativos à alimentação, à higiene e asseio corporal, ao regime de vida, de trabalho, etc., etc.” (VASCONCELOS, 1927, p. 346-347).

Faria de Vasconcelos (1927) segue um pensamento perfeitamente alinhado com a pedagogia do tempo, ao afirmar que a

[...] educação física desempenha um papel primacial na formação do homem, no crescimento e desenvolvimento da criança e do adolescente, sendo necessário organizá-la convenientemente nas escolas e atribuir-lhe a importância que merece na vida escolar. (VASCONCELOS, 1927, p. 347).

Contudo ele não é partidário dos desportos nas escolas, porque, em seu juízo, a criança e o adolescente, em pleno período de crescimento, ainda não apresentam “as aptidões orgânicas e psicológicas que lhes permitam, sem prejuízo do *sadio e natural*

desenvolvimento dos órgãos e funções – coração, etc. – corporais, entregar-se às actividades desportivas” (VASCONCELOS, 1927, p. 347, grifos no original). Para Vasconcelos, o desporto constitui a negação daquilo que é próprio e essencial para a Educação Física, ou seja, a *cultura integral e harmônica* do corpo.

Como homem alinhado com a moderna pedagogia, não poderia estar satisfeito com o que se passava no país no campo da Educação Física. Ao classificar de “grave” a situação que ocorria no âmbito da atividade desportiva, justifica: 1º que muitos dos rapazes que praticam os desportos “não receberam *préviamente* uma cultura física racional”; 2º durante a prática da atividade desportiva “não praticam uma cultura física integral e adequada, nem se sujeitam a um regime de vida e de disciplina física indispensável”; 3º não há uma seleção dos indivíduos que praticam os desportos, de forma que “grande número daqueles não possuem as aptidões orgânicas e fisiológicas”; 4º “não existe um autêntico ‘controle’ clínico fisiológico e mental da actividade desportiva, etc.” (VASCONCELOS, 1927, p. 347-348, grifos no original).

Portadores de conhecimentos objetivos de base científica, os médicos e higienistas pareciam ser representantes legítimos para intervir no desenvolvimento da criança por meio do discurso de proteção da infância. Afinal, a medicina se constituía cada vez mais em um saber autorizado (Ferreira, 2003), com um caráter zelador, pois a intervenção da medicina na infância ajudaria a criança a se tornar saudável, apta para o trabalho e para o engrandecimento da pátria. Para desempenhar a proteção da infância, a higiene social se apresentava como aliada das ações médicas.

A fim de atingir a todas as crianças, pois se entendia que somente a família não conseguiria salvaguardar os objetivos desejados no combate à elevada mortalidade das crianças, a higiene recebeu apoio público, como forma de melhorar, prevenir e defender a sociedade, e estas ações se deram no espaço escolar, cujas orientações são possíveis de serem verificadas nos periódicos pesquisados. Nos discursos presentes nas revistas, verifica-se o quanto a higiene esteve atrelada às questões da prevenção, e que a constituição da higiene, como poder disciplinarizador, contava com políticas educacionais que atrelaram os interesses sanitários e higienistas ao progresso e à ciência moderna (Ferreira, 2003). Exemplo disto, consta no texto de Ari Machado, intitulado “*Combatamos a cárie dentária*”, publicado na primeira edição da Revista de Educação do ano de 1936. Machado adverte que a saúde da boca deve ser cultivada como forma de promover a saúde do povo, pois a cárie dentária contribui sobremaneira para os estados patológicos gerais.

De acordo com o autor, a sociedade moderna deveria se preocupar com a saúde e o tratamento da sua boca e procurar o dentista de seis em seis meses, pois

[...] é sabido que os dentes são órgãos iguais aos demais do organismo, isto é, merecendo mais cuidado ainda, pois sabemos que os dentes são os únicos tecidos do corpo humano que, mesmo com vida possuem a faculdade de se regenerarem. (MACHADO, 1936, p. 11).

Sobre as cáries dentárias, alerta que são “poços de focos de imundices”, pois

[...] nelas se depositam os restos de alimentos, que após duas horas fermentam produzindo o “mau halito” mais ainda torna-se o campo mais favorável para o desenvolvimento da gripe, pneumonia, tuberculose e outras molestias. (MACHADO, 1936, p. 11).

Os discursos médicos e higienistas presentes nas revistas orientavam os professores a executar ações que visassem ao pleno desenvolvimento físico, mental, intelectual e moral, com procedimentos para evitar a fadiga, respeitando-se a questão biológica e o desenvolvimento do espírito. Juntamente com essas orientações, sinalizava para o controle como forma de assegurar a moral, a saúde, o domínio de doenças e a limpeza do corpo. No tocante ao desenvolvimento mental e intelectual, os exercícios físicos poderiam ser aliados do trabalho a ser desenvolvido pelos professores, por isso enfatizavam a necessidade de uma postura correta, de limpeza, de mobiliário condizente, das instalações e de estrutura física apropriada. Além disso, orientavam para o trabalho infantil, para os cuidados na gravidez e para com as crianças recém-nascidas, além de alertarem para problemas relacionados ao casamento.

Nos discursos jurídicos e morais presentes nas revistas pesquisadas, encontramos referência ao trabalho, pois o trabalho se revestia de um caráter educativo. Com a intenção de controle social e de formação de uma força de trabalho para a nação, a educação, ou melhor dizendo, a educação das massas passa a ser oferecida às crianças e aos jovens. Além de instruir e introduzir o código moral, a educação deveria demonstrar o valor do trabalho, fortalecer a ética do trabalho, afinal este se apresentava como um regenerador de qualquer transgressão social, no entanto a introdução ao trabalho não poderia se dar de forma prematura às crianças.

Exemplificando essa discussão, Vasconcelos apresenta, na edição de dezembro de 1925a, ano 5, nº 10, o texto “*O trabalho prematuro das crianças e adolescentes*”, em que o autor aponta o problema do trabalho das crianças e adolescentes como um dos mais graves problemas da vida social. Indica que o trabalho infantil e juvenil tem “consequências funestas”. Para Vasconcelos (1925a, p. 402), o trabalho precoce

“exerce uma péssima acção sobre o crescimento do corpo e o desenvolvimento físico geral da criança e do adolescente”. Discorre que a infância e a mocidade “são um período de preparação e de formação para a vida, período necessário, que tem uma alta significação biológica, cujo desenvolvimento não pode, sem perigo funesto, ser encurtado ou contrariado”, porque é neste período que se “assentam as bases, os fundamentos, bons ou maus, do homem do futuro; é nele que se faz a provisão e a cultura dos recursos de vigor, de saúde e de energia” (VASCONCELOS, 1925a, p 402).

O trabalho prematuro, segundo Faria de Vasconcelos (1925a, p. 403), além de prejudicar o crescimento físico, prejudica igualmente o desenvolvimento moral e intelectual, pois retira a criança e o adolescente da escola, privando-os “dos meios adequados e eficazes não só para a cultura das suas capacidades psíquicas, para a formação do seu espírito, como também daquela instrução indispensável a todo o homem”. Desenvolvendo o seu pensamento, o autor acrescenta que:

O trabalho prematuro impede a criança e o adolescente de adquirirem uma adequada educação, diminuindo ou destruindo assim a sua eficiência como homens e como cidadãos. O cumprimento dos deveres morais, sociais e cívicos, a sólida consciência desses deveres, o vigoroso sentimento das responsabilidades, a prática e a disciplina dum elevado ideal, implicam e exigem a aplicação inteligente de capacidades que só a educação desenvolve. Ora o trabalho prematuro constitui um gravíssimo obstáculo para essa educação e por conseguinte para a formação moral e social do homem e do cidadão, dentro da viva disciplina do dever colectivo. (VASCONCELOS, 1925a, p. 405).

Verificamos que o discurso jurídico e moral sobre a criança e a infância foi bastante evidente na Revista Escolar, periódico português, em textos que salientavam a preparação para o trabalho e as reflexões sobre experiências a serem desenvolvidas por seus professores. Com uma tônica diferente, e sem a mesma evidência, a revista catarinense, Revista de Educação, apresentava outras nuances: a de controlar as ações morais e cívicas da sociedade por meio dos discursos divulgados e a de estar afinada com os interesses governamentais, no sentido de divulgar as conquistas do estado no campo educacional. Exemplo dessa “sintonia” pode ser encontrada na sexta edição da Revista de Educação do ano de 1936, no texto de Adão Miranda, denominado *Ensino Profissional*, presente na seção “Ponto de vista”. Nessa publicação, o autor menciona que o ensino profissional tem sido uma preocupação para os governos dos estados e um assunto de grande importância para o país.

Miranda (1936, p. 5) informa que os governos dos estados, percebendo a grande demanda por educação, esforçavam-se para impulsioná-la em todos os setores, criando e aparelhando, por exemplo, as escolas profissionais, “onde os que não podem



frequentar ginásios ou escolas normais, adquirem conhecimentos úteis para a luta pela vida, contando com profissões especializadas”. Para o autor, o diploma de ginasiano ou de normalista não é suficiente para resolver o problema da educação, principalmente a dos mais pobres. Discorre que o Brasil, além de uma mocidade intelectual, precisava de homens para explorar o subsolo e cita a importância da agricultura, bem como a do ensino profissional para o crescimento do país. Afirmo também que o Brasil necessitava de escolas de mecânica, marcenaria, alfaiataria, corte e costura, desenho, taquigrafia, datilografia, etc., ou seja, de profissionais técnicos.

Reforçando a importância do ensino profissional em escolas técnicas, comenta que, em Florianópolis, havia a Escola de Aprendizes Artífices, que, segundo Miranda (1936, p. 6),

[...] vem prestando relevantes serviços aos filhos de operários. Mecânicos, alfaiates, escultores, agricultores, têm saído desse estabelecimento de ensino profissional, aptos para a luta pela vida, capazes de, com a profissão escolhida, trabalharem pelo engrandecimento do Brasil.

O autor também menciona o estado de São Paulo, líder da Federação, que, embora contasse com um grande número de escolas profissionais, continuava a trabalhar para ampliar a quantidade desses centros de instrução profissional.

Ao se referir novamente a Santa Catarina, Miranda (1936) comenta os trabalhos realizados pelo Dr. Nereu Ramos, governador do nosso Estado à época, que, em mensagem sobre o ensino profissional proferida na Assembleia Legislativa, informou aos presentes que o Estado possuía apenas uma Escola Profissional Feminina, com o curso de corte e costura, flores e chapéus, cenário em que se tornava “inadiável a criação de curso de desenho e de datilografia e taquigrafia. A existência do primeiro, sobretudo, é de todo injustificável em escola profissional”, sentenciou Nereu Ramos. No entender de Miranda (1936), o governador do estado de Santa Catarina forneceu

[...] elementos imprescindíveis à organização do ensino profissional, especialmente o agrícola, dá ao seu povo a esperança de criar essas escolas, com os processos os mais modernos, reservando para a nossa terra dias melhores de melhores venturas. (MIRANDA, 1936, p.07).

Concluindo seu texto, Miranda (1936, p. 07) apregoa: “Urge a criação, pois, de escolas profissionais em nosso Estado”, e alerta que “A criação de escolas profissionais, faz-se inadiável, como inadiável deve ser todo o sacrifício em prol do progresso da nossa terra e felicidade da nossa gente!”

Ao analisar as revistas pedagógicas, percebemos que o discurso pedagógico e psicológico se mostrou com mais evidência, aparentemente o mais predominante nos

referidos periódicos, mas não podemos confirmar tal impressão. Talvez sua suposta hegemonia resultasse da necessidade premente de instrução verificada nas duas realidades pesquisadas, e seu domínio e persuasão perante os professores estivesse relacionado às possibilidades que o conhecimento sobre a criança e os métodos de ensino significavam para as mudanças esperadas. Diante disso, percebe-se que as duas revistas apresentam textos de pensadores, psicólogos e pedagogos importantes mundialmente. Talvez esse tenha sido o discurso mais instrumentalizador para a formação inicial e continuada, principalmente quanto aos métodos, às formas de ensinar a ler e escrever e ao conhecimento necessário sobre a criança.

Foi possível verificar a ênfase no pensamento de Decroly e a grande influência do seu método global nas orientações dirigidas aos professores. Exemplo dessa contribuição está presente na edição de outubro de 1932 da Revista Escolar, ano 12, nº 8, na qual François Bassleer apresenta um texto intitulado *Dr. Ovídio Decroly*, na seção "Homens e Factos". Esta publicação, transcrita por Joaquim Tomaz, apresenta uma cartarecebida da Sociedade Belga de Pedotecnia (da qual a Revista Escolar era associada), datada de 24 de setembro de 1932, que informa o falecimento de Ovídio Decroly, ocorrido no dia 12 do corrente mês.

Bassleer (1932, p. 435) informa o falecimento de Decroly afirmando que "A humanidade perdeu nêle um sábio probo, um cidadão íntegro e modesto, um idealista puro, um trabalhador incansável e todos nós, os que o seguíamos, um guia firme e experimentado". A carta traz agradecimentos à grande obra de Decroly e vaticina que haverá um dia em que a escola ativa será realizada em toda a parte, e que neste dia Decroly viverá mais do que nunca no mundo que ele ajudou a criar, e suas ideias serão cultivadas com fervor. Sobre a sua contribuição pedagógica, seguem as palavras de Bassleer (1932):

[...] Decroly foi não só o maior pioneiro da escola nova, mas o maior realizador da escola activa. Porque, ao contrário dos grandes renovadores e inovadores que o precederam, ou com êle coexistiram, não se limitou a desvendar novas vias à educação e ao ensino, caminhou por elas; não se restringiu a criar processos novos, praticou-os e experimentou-os. Escreveu pouco, mas em compensação realizou muito. E se Rousseau foi o grande visionário da pedagogia, Pestalozzi o pedagogo da *intuição* e Ferrière o propagandista máximo da *acção*, cabe a Decroly a glória de ter sido o realizador por excelência, enveredando resolutamente pelo caminho da prática e imprimindo acção e um movimento regular a muitas ideias e princípios que nunca haviam passado do campo das teorias ou só timidamente haviam tentado alguns ensaios. (BASSLEER, 1932, p. 436 grifos no original).

O texto de Bassleer menciona a adoção do método de Decroly em várias escolas da Europa e da América, em que a educação procede percorrendo os estágios das atividades para a apropriação da ideia pelo espírito e a sua integração na consciência. Bassleer (1932,) descreve que

[...] partindo da observação para a associação, da associação para a medida e da medida para as variadas modalidades de expressão-leitura, conversação, ortografia, desenho, composição, trabalhos manuais e espontâneos, etc. – ou sejam quatro formas de actividade ordenada e que se sucedem gradualmente. (BASSLEER, 1932, p. 437).

E, por fim, concluindo a carta de respeito à pessoa de Decroly, Bassleer (1932) afirma:

A sua obra perdurará através dos tempos. O método globalístico de leitura e de escrita, cada vez mais aperfeiçoado e difundido, jamais deixará de ser adoptado nas escolas, e o princípio dos centros de interesse continuará a conquistar novos adeptos, e o ensino persistirá em emancipar-se cada vez mais do verbalismo e a romper com a rotina, por maior que seja a resistência que ela lhe oponha. (BASSLEER, 1932, p. 437)

Os discursos que se referiam a Decroly e seu método publicados nas revistas pedagógicas analisadas eram muito esclarecedores, bem fundamentados e pareciam condizer com a teoria desenvolvida pelo autor. Até mesmo as adaptações e os exemplos demonstravam a busca para alcançar a eficiência do método com as crianças. A ênfase nesse pensador provavelmente ocorreu devido ao seu caráter prático, diante da necessidade, frequentemente manifestada naquele momento histórico, de alfabetizar a criança tomando como ponto de partida seu interesse e considerando os seus conhecimentos, conforme apontavam os estudos da psicologia e da pedagogia da época.

A presença dos conhecimentos advindos da Escola Ativa também estava presente, como pode ser verificado na sexta edição da Revista Escolar do ano de 1936, em texto escrito por Olga Terêza de C. Ramos Krieger, professora do grupo escolar “Feliciano Pires”, e que trata da *Semana Pedagógica de Brusque*. A autora menciona a data em que ocorreu o evento e faz agradecimentos às pessoas presentes, entre as quais professores (as) e autoridades como o Diretor do Departamento de Educação, o professor Luiz Sanches Bezerra da Trindade, responsável pela abertura dos trabalhos.

De acordo com Krieger (1936, p. 19), “diversas palestras foram realizadas sobre: escola tradicional e escola ativa, organização dos clubes agrícolas, jornal, bibliotecas escolares, caixa escolar, legislação escolar, excursões escolares, aulas globais e ensino religioso”. A autora reproduz as palavras do professor Luiz Sanches Bezerra da Trindade

sobre a escola tradicional, que, em sua avaliação “é falha, porque tem só uma finalidade: ‘instruir’. Precisamos de uma escola que dê à criança uma educação integral”, opinião que vai ao encontro do que pensa Backheuser, para quem “a escola ativa é a única que pôde dar ao Brasil, uma orientação digna” (KRIEGER, 1936, p. 19).

O papel do professor na escola ativa é abordado pela autora, que comenta que a escola ativa não rouba a força moral do professor na sala de aula, pois nela o professor tem que orientar, guiar o aluno. Krieger (1936, p. 20) registra que “A escola ativa impõe a disciplina pela ordem de trabalho. Na escola ativa, a responsabilidade do professor é maior, pois o professor precisa lêr, estudar as tendências das crianças, guiando-as, animando-as, estimulando-as”. Para isso, o professor precisa levar para a sala de aula motivos de interesse que agucem a curiosidade das crianças e estimulem a sua iniciativa. A autora salienta que um centro de interesse que traz bons resultados é a organização de excursões escolares.

Sobre a organização do trabalho, a autora esclarece que, na escola ativa, os métodos, os programas e os horários são maleáveis, pois visam atender às condições próprias das crianças. O professor deve trabalhar e cooperar com o aluno, ajudando-o a estudar e aprendendo com ele. Krieger (1936) escreve que

O professor, nas aulas globais, formará seu plano de aula, o qual poderá servir para um dia, uma semana, um mês, etc. É recomendável, no princípio organizar planos que sirvam para um só dia de aula. Na escola ativa, a classe poderá trocar idéias sobre assuntos que interessam à sala de aula. A escola ativa, é a escola vibrante de entusiasmo, é a que convem à geração de hoje e à de amanhã. E o próprio nome já nos incita ao trabalho: Ativa! Nova, Renovada! (KRIEGER, 1936, p. 20 e 21).

Ao finalizar seu texto, a autora descreve que confeccionar um relatório sobre as impressões colhidas na semana educativa seria uma tarefa muito difícil, depois de ouvir tantas palavras vibrantes, convencedoras, entusiastas e instrutivas dos palestrantes, mas Krieger (1936) externa a sua impressão a respeito da escola ativa, que para ela é a seguinte: “A escola ativa é a escola modelar, a escola de que precisamos para prepararmos homens dignos do Brasil. É a escola de progresso, de cultura, de incitamento ao trabalho” (KRIEGER, 1936, p. 21).

## **CONSIDERAÇÕES NÃO FINAIS**

Médicos, higienistas, juristas, moralistas, psicólogos e professores, num diálogo nem sempre unânime, e permeado por disputas pela hegemonia do discurso,

produziram saberes, fazeres e representações sobre as crianças e a infância, principalmente nos assuntos que envolviam a escolarização/educabilidade/socialização das crianças e dos jovens. Esta escolarização/educabilidade/socialização deveria ocorrer em espaços institucionalizados - as escolas -, espaços adequados conforme padrões pré-estabelecidos e que previam a seleção de finalidades, procedimentos, metodologias e conteúdos; o controle de tempo, horários e da organização espacial; a avaliação por desempenho individual, materiais escolares, entre outras questões. Para alcançar os objetivos propostos, os professores deveriam estar habilitados e de posse de um discurso apropriado, que visava formar um cidadão de valor, com moral e bons costumes – cívicos e higiênicos –, possuidor de conhecimentos que envolviam o domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

Destarte, os discursos hegemônicos sobre as crianças e a infância veiculados nas revistas pedagógicas podem ter colaborado para a construção de uma prática pedagógica de professores, principalmente os primários, possível de ser verificada por meio de orientações, encaminhamentos, instruções, tanto no periódico de Portugal, a Revista Escolar, como no periódico de Santa Catarina/Brasil, Revista de Educação, cumprindo desta forma com o objetivo para o qual as revistas foram criadas: ser um canal de informação, de aperfeiçoamento, de capacitação de professores.

Observou-se a intenção por parte dos discursos hegemônicos sobre as crianças e a infância de instrumentalizar a formação inicial e continuada de professores, observada na divulgação e propagação dos métodos de ensino; na construção de sentimentos cívicos; na incorporação de hábitos de higiene e cuidados corporais; na superação de formas tradicionais de educar, bem como nas formas de conceber a criança; nas informações sobre as atualidades teóricas e metodológicas do panorama educacional nacional e internacional; na indicação de livros e materiais pedagógicos; na necessidade de estrutura física apropriada para a oferta da educação; entre outras ações correlatas. Dessa maneira, seria possível difundir uma nova pedagogia científica entre os professores, profissionais conhecedores do desenvolvimento integral das crianças, bem como da sua realidade social.

Os discursos veiculados evidenciavam uma representação sobre as crianças. Para que a criança pudesse “vir a ser” este homem acabado, capaz de enfrentar os desafios da vida, era necessário, primeiro, munir os professores de conhecimentos advindos da medicina, da higiene, da eugenia, da puericultura, da moral e do civismo, da psicologia e da pedagogia, para que este professor estivesse preparado para atuar na sua profissão de maneira eficiente, transmitindo aquilo que elevasse a formação da criança,

pois assim ela se tornaria um sujeito íntegro, civilizado e trabalhador. As revistas pedagógicas, por meio dos discursos, serviram de atualização aos professores, e os discursos demonstraram que, naquele momento, a criança era representada com a contribuição dos conhecimentos de várias áreas, que versavam sobre o seu desenvolvimento intelectual, moral, social, emocional, afetivo, cognitivo, mental e corporal, os quais envolviam os estudos das ciências biológicas, psicológicas e sociais.

Não podemos afirmar que algum discurso tenha se mostrado mais importante do que outro, pois todos estavam presentes na realidade social da época, muitas vezes permeados entre si na representação dos educadores, e confluíam para os mesmos interesses. Embora apresentassem suas particularidades, seus limites não estavam bem demarcados; apenas o objetivo estava definido e se referia ao conhecimento e controle sobre a criança.

## REFERÊNCIAS

AREND, Silvia Maria Favaro. **Filhos de criação**: uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930). 2005. 540f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BASSLEER, François. Dr. Ovídio Decroly. Tradução: Joaquim Tomaz). **Revista Escolar**, Lisboa, PT, ano 12, nº 8, p. 435-438, out. 1932.

BASTOS, Ana Cristina do Canto Lopes; KUHLMANN JR, Moysés. Órfãos tutelados nas malhas do judiciário (Bragança Paulista-SP, 1871-1900). **Caderno de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 41-68. jan./abr. 2009.

BOTO, Carlota Josefina Malta Cardozo dos Reis. **Ler, escrever, contar e se comportar**: a escola primária como rito do século XIX português (1820-1910). 1997. 606f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: CATANI, Denise Barbara; SOUSA, Cynthia Pereira de. (Org.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998. p. 31-40.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **História social da infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 269-287.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Pedagogia da Escola Nova, produção da natureza infantil e controle doutrinário da escola. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KULLMANN JR, Moysés. (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 373-408.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de e TOLEDO, Maria Rita de Almeida. Os sentidos da forma: análise material das coleções de Lourenço Filho e Fernando de Azevedo. In:

OLIVEIRA, Marcus A. T. **Cinco estudos em história e historiografia da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 89-110. 2007.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

DAROS, Maria das Dores; PEREIRA, Elaine Aparecida Teixeira; BOMBASSARO, Ticiane. A Revista de Educação: a imprensa pedagógica como mecanismos de remodelação da prática dos professores catarinenses. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 4. Florianópolis, 2002 **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2002.

FERREIRA, António Gomes; Mota, Luís. **Caminhos da Educação de Infância em Portugal, Políticas e perspectivas contemporâneas**. Santo Tirso: De Facto Editores, 2019.

FERREIRA, António Gomes. O sentido da Educação Comparada: uma compreensão sobre a construção de uma identidade. **Educação**, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 124-138, maio/ago. 2008.

FERREIRA, António Gomes. Higiene e o investimento médico na educação da infância. In: GONDRA, J. G. (Org.). **História, infância e escolarização**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2002.

FERREIRA, António Gomes. Higiene e controlo médico da infância e da escola. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 23, n. 59, p. 9-24, abr. 2003.

FERREIRA, António Gomes. A criança e o seu desenvolvimento em discursos médicos e pedagógicos que circularam no contexto português (séculos XVIII a XX). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 215-234, abr. 2010.

FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moysés (Orgs). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

GONDRA, José Gonçalves. (Org.). **História, infância e escolarização**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2002.

GONDRA, José Gonçalves. A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 99-117, jan./jun. 2000.

KRIEGER, Olga Terêza de Carvalho Ramos. Semana Pedagógica de Brusque. **Revista de Educação**, Florianópolis, Ano II, n. 6, p. 19-21, nov./dez. 1936.

KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e Educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LÚCIO, Antonio. **Revista de Educação**, Florianópolis, Ano II, n. 6, nov./dez. 1936.

LOURENÇO FILHO. Manuel Bergström. **Introdução ao estudo da Escola Nova**: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea. 13. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

MACHADO, Ari. Combatemos a cárie dentária. **Revista de Educação**, Florianópolis, Ano I, nº 1, p. 11, jan-fev. 1936.

MARANGON, Ana Carolina Rodrigues. **Crianças e alunos em sala de aula**: a circulação do debate sobre métodos de ensino em Portugal e no Brasil. 2010. 371f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2010.

MARÇAL, Mônica Teresinha. **Discursos sobre crianças e infância em revistas pedagógicas (1920-1940) dirigidas à formação de professores em Portugal e no Brasil/Santa Catarina**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018.

MIRANDA, Adão. Ensino Profissional. **Revista de Educação**, Florianópolis, Ano II, n. 6, p. 5-7, nov./dez. 1936.

NÓVOA, António. (Org.). **A Imprensa de Educação e Ensino**: Repertório analítico (séculos XIX-XX). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, p. 794-798. 1993.

PRIORE, Mary Del (Org.). História da criança no Brasil. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

RAMOS, Nereu. **Revista de Educação**. Ano I, n. 4 e 5, publicada de junho a outubro de 1936.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. **Ano I**, n. 1, janeiro e fevereiro de 1936.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. (Orgs). **A arte de governar crianças a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. A educação da infância: entre a família, a escola e a medicina. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 235-262, abr. 2010.

SOUSA, Cynthia. Pereira de. **Infância, pedagogia e escolarização**: a mensuração da criança transformada em aluno, em Portugal e no Brasil (1880-1960). Lisboa: Educa, 2004, (Série Cadernos Prestige).

VASCONCELOS, Faria de. **Revista Escolar**. PT: Lisboa, ano 5, nº 8, p. 305-306, out. 1925.

VASCONCELOS, Faria de. O trabalho prematuro das crianças e dos adolescentes. **Revista Escolar**, Lisboa, PT, ano 5, nº 10, p. 401 a 405, dez. 1925a.

VASCONCELOS, Faria de. Educação Física. **Revista Escolar**, Lisboa, PT, ano 7, nº 9, p. 346-348, nov. 1927.



XAVIER, Libânia Nacif. A república e o movimento da educação nova no Brasil e em Portugal. In: MOURÃO, Alda; GOMES, Angela Maria de Castro. **A experiência da primeira República no Brasil e em Portugal**. Coimbra, PT: Universidade de Coimbra, 2014.

## NOTAS

### TÍTULO DA OBRA


OS DISCURSOS SOBRE CRIANÇAS E INFÂNCIA EM REVISTAS PEDAGÓGICAS DIRIGIDAS À FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM DIÁLOGO ENTRE PORTUGAL E BRASIL

**Discourses on children and childhood in pedagogical magazines directed to teacher training: a dialogue between Portugal and Brazil**

### Mônica Teresinha Marçal

Doutora em Educação  
Universidade do Estado de Santa Catarina  
Centro de Ciências Humanas e da Educação  
Florianópolis, Brasil

[monica.marcal@udesc.br](mailto:monica.marcal@udesc.br)

 <https://orcid.org/0000-0003-2486-3866>

### António Gomes Alves Ferreira

Doutor em Ciências da Educação  
Universidade de Coimbra/FPCEUC/CEIS20  
Coimbra, Portugal

[antonio@fpce.uc.pt](mailto:antonio@fpce.uc.pt)

 <https://orcid.org/0000-0002-3281-6819>

## ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Rua Cristóvão Nunes Pires, 150 apto 206, CEP 88010120, Florianópolis, SC, Brasil

## AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

## CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

**Concepção e elaboração do manuscrito:** A. G. A. Ferreira, M. T. Marçal

**Coleta de dados:** A. G. A. Ferreira, M. T. Marçal

**Análise de dados:** A. G. A. Ferreira, M. T. Marçal

**Discussão dos resultados:** A. G. A. Ferreira, M. T. Marçal

**Revisão e aprovação:** A. G. A. Ferreira, M. T. Marçal

## CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

## FINANCIAMENTO

Bolsista da Capes /PDSE Programa Doutorado Sanduíche no Exterior/ Processo nº 99999.006344/2014-03

## CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

## APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

## CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

**LICENÇA DE USO** – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

**PUBLISHER** – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

**EDITORES** – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão e Kátia Agostinho.

**HISTÓRICO** – uso exclusivo da revista

Recebido em: 28-02-2021 – Aprovado em: 06-04-2021